

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC000587/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 01/04/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR015768/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.241751/2025-39
DATA DO PROTOCOLO: 31/03/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS AUX ADM ESCOLAR DA GRANDE FLORIANOPOLIS, CNPJ n. 79.255.808/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ELVIO JOSE KRETZER;

E

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, CNPJ n. 83.476.911/0001-17, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). FÁBIO SILVA DE SOUZA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Auxiliares da Administração Escolar**, com abrangência territorial em **Águas Mornas/SC, Angelina/SC, Anitápolis/SC, Antônio Carlos/SC, Biguaçu/SC, Canelinha/SC, Florianópolis/SC, Governador Celso Ramos/SC, Palhoça/SC, Paulo Lopes/SC, Porto Belo/SC, Rancho Queimado/SC, Santo Amaro da Imperatriz/SC, São Bonifácio/SC, São João Batista/SC, São José/SC e Tijucas/SC.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2025 a 28/02/2026

O PISO SALARIAL para os Trabalhadores da FAPEU, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, fica estabelecido em R\$ 2.079,00 (dois mil e setenta e nove reais).

Parágrafo Único: O Piso Salarial dos trabalhadores da FAPEU será automaticamente reajustado, sempre que o Piso Regional Estadual for modificado por Lei, de modo a assegurar que o Piso salarial não fique abaixo do Piso Regional Estadual, estabelecido para a categoria para jornada de 44 horas.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2025 a 28/02/2026

A partir de 1º de março de 2025 o salário dos trabalhadores será reajustado em 4,87%, correspondente ao INPC acumulado no período de 01/03/2024 a 28/02/2025, incidentes sobre os salários vigentes em 28 de fevereiro de 2025.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - DOS DESCONTOS AUTORIZADOS

Além dos descontos permitidos em lei e neste instrumento normativo, serão considerados válidos todos os descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do trabalhador, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, entidade cultural ou recreativa e associativa dos trabalhadores e outros relacionados ao seu contrato de trabalho.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - DA IRREDUTABILIDADE SALARIAL

Será observado, com relação aos ganhos dos empregados da FAPEU, o princípio constitucional de irredutibilidade da remuneração mensal, salvo quando solicitado expressamente pelo trabalhador, por escrito, devidamente fundamentada e comprovada, a qual se sujeita sob pena de nulidade, a homologação pelo sindicato profissional.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ANTECIPAÇÕES SALARIAIS

Na vigência do presente instrumento, as antecipações salariais de caráter coletivo, concedido pela FAPEU, poderão ser compensadas na próxima data base. As antecipações salariais coletivas poderão ser igualmente compensadas com reajustes decorrentes da introdução de política salarial legal. Não serão compensados reajustes provenientes de promoção, merecimento, antiguidade e/ou decorrente de equiparação salarial, salvo equiparação de piso de categoria.

CLÁUSULA OITAVA - CLÁUSULA OITAVA – DO TRIÊNIO

O empregado, quando completar cada 3 (três) anos de efetivo exercício à FAPEU, fará jus a aumento de 3% (três por cento) sobre o salário, a título de adicional por tempo de serviço, o qual não ultrapassará a 21% (vinte e um por cento), desde que não tenha cometido faltas previstas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§1º Os empregados têm direito à percepção do benefício a partir de 01/05/2011.

§2º A apuração do valor do triênio, em 01/05/2011, dar-se-á com base nos períodos aquisitivos de cada empregado a contar da data do início da representação sindical por parte do SAAE GFPOLIS, ocorrida em 01/05/2005.

§3º No tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente para a FAPEU.

§4º O direito ao triênio será apurado a partir do aniversário de admissão do empregado.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2025 a 28/02/2026

A FAPEU concederá um Auxílio alimentação/refeição a todos os empregados proporcionalmente à sua jornada de trabalho, no valor mensal de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), de forma eletrônica, nos cartões magnéticos dos empregados.

§1º A participação do empregado no valor estipulado nesta cláusula será de R\$ 1,00.

§2º No mês de dezembro a FAPEU poderá conceder o valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) na forma de “auxílio alimentação/refeição adicional”, desde que se constate em cada um de seus centros de custo (projetos) até o final do mês de outubro, situação financeira favorável para tal benefício, e que esteja previsto pelo agente financiador de cada centro de custo.

§3º Ao ser admitido, o empregado perceberá o valor constante do “caput” desta cláusula, de forma cumulativa com o benefício do mês posterior à contratação.

§4º O benefício não será suspenso durante a licença gestação.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALE TRANSPORTE

A FAPEU se obriga fornecer ao seu empregado o vale transporte, instituído pelas Leis Federais nºs 7.418/85 e 7.619/87, regulamentadas pelo Decreto nº 95.247/87, reduzindo a parcela custeada pelo empregado ao valor R\$ 1,00 (um) real.

§1º Quando previsto e permitido pelo projeto, ou seja, desde que se constate em cada um de seus centros de custo (projetos), situação financeira favorável para tal benefício, e que esteja previsto pelo agente financiador de cada centro de custo, o empregado poderá optar em vez de receber o vale transporte, receber o reembolso combustível, fornecido na modalidade “cartão de abastecimento”, para abastecimento de veículo em postos credenciados.

§2º O valor do ressarcimento de combustível citado no §1º será limitado ao valor máximo do vale transporte mensal a que o empregado teria direito para deslocamento de sua residência/fundação/residência caso utilizasse transporte público, independentemente da variação do valor do combustível, pelos dias efetivamente trabalhados por mês.

§3º Caso ocorra o reajuste do vale transporte, o empregado terá direito ao reajuste no reembolso combustível, sempre limitado ao valor máximo do vale transporte mensal, cabendo ao empregado informar à FAPEU sobre o reajuste.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AUXÍLIO CRECHE

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2025 a 28/02/2026

A FAPEU concederá para as suas empregadas, a partir do 5º ao 36º mês de vida da criança, auxílio creche desde que seja comprovada a matrícula. O valor não poderá exceder a R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) por mês.

§1º A comprovação da matrícula ocorrerá mediante apresentação de contrato com a creche devidamente constituída, contendo no mínimo:

I – CNPJ da creche.

II – Descrição dos serviços.

III – CPF e nome da empregada.

IV – Nome e data de nascimento de seu(s) filho(s).

§2º O pagamento do benefício será efetivado na mesma data determinada para pagamento da remuneração mensal da empregada.

§3º Para lançamento na folha de pagamento de cada parcela, a empregada deverá entregar no Setor de Recursos Humanos da FAPEU, recibo ou comprovante de depósito com a identificação da creche, até o dia 20 de cada mês.

§4º O benefício terá caráter indenizatório, não sendo considerado verba salarial para quaisquer efeitos.

§5º Em caso de parto gemelar, será concedido 1 (um) auxílio creche para o primeiro filho e ½ (meio) auxílio creche para os demais.

§6º A concessão do auxílio creche cessará com o fim do contrato de trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SEGURO DE VIDA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2025 a 28/02/2026

A FAPEU concederá aos seus empregados, seguro de vida com as seguintes coberturas: morte acidental do empregado, capital: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Parágrafo único: a cobertura do seguro terá início no mês subsequente à contratação do empregado.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA READMISSÃO DO TRABALHADOR

O trabalhador readmitido na mesma função, num prazo de até 2 (dois) anos após a rescisão do contrato, fica desobrigado de firmar contrato de experiência.

Mão-de-Obra Temporária/Terceirização

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

É nula a contratação do trabalhador administrativo por prazo determinado para trabalho regular, salvo em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação

do prazo, de atividades empresariais de caráter transitório ou de contrato de experiência, nos termos dos arts. 443 e 445 da CLT, de substituição temporária ou por motivo previsto em lei ou neste Instrumento Normativo.

§1º Faculta-se à FAPEU, especialmente para os empregados cujo contrato de trabalho esteja vinculado a projeto/convênio com termo pré-fixado, a contratação a termo, desde que devidamente comprovada a necessidade da contratação, por meio dos seguintes documentos:

I - Contrato de Trabalho por escrito, no qual as atividades do trabalhador vinculadas ao projeto/convênio estejam devidamente descritas, assim como que o prazo de contratação não ultrapasse 02 (dois) anos.

II - Cópia integral do contrato de administração de projetos/convênios, destacando-se as funções a serem desenvolvidas pelo trabalhador, com fito de demonstrar que as atividades do profissional estão a ele devidamente vinculadas, quando houver.

§2º O empregado contratado nesta modalidade não pode realizar quaisquer outras atividades senão aquelas descritas em seu contrato de trabalho e vinculadas ao projeto/convênio que ensejaram a sua contratação.

§3º A não observância dos requisitos previstos neste artigo e nos parágrafos anteriores, acarretará em nulidade da contratação por tempo determinado, passando a contratação a reger-se pelas normas do prazo indeterminado.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - INFORMATIVOS

A FAPEU tem à disposição dos empregados, no site DRHFlow, endereço na WEB: <http://150.162.78.45:8080/DRHFlow/>, processos, informações e documentos relacionados à área de Recursos Humanos, devendo os empregados verificar periodicamente tal local.

§1º Podem ser encontrados, além de outros, as seguintes informações e processos:

- I. Recibo de Pagamento;
- II. Ficha de frequência para preenchimento;
- III. Transcrição de ficha de frequência para apuração do banco de horas;
- IV. Processo para apresentação de justificativas do ponto eletrônico;
- V. Banco de horas dos empregados submetidos ao controle manual ou eletrônico de frequência;
- VI. Manuais de orientação.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA QUITAÇÃO DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Quando da extinção do contrato de trabalho do empregado, na forma Art. 477 da CLT, a FAPEU deverá:

Parágrafo único: fornecer carta de referência quando solicitada pelo ex-empregado, desde que a rescisão não tenha ocorrido por justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

No caso de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, a FAPEU comunicará por escrito a falta grave cometida pelo trabalhador, no momento da homologação da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - NOVO EMPREGO

A FAPEU dispensará o trabalhador sem prejuízo do salário do cumprimento do aviso prévio, caso este apresente documento comprobatório de novo emprego (Súmula 276, TST).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO SOBREAVISO

Ressalvado o disposto no art. 244, §2º da CLT, a FAPEU remunerará 1/3 (um terço) do salário-hora normal, a título de adicional de sobreaviso, ao empregado que à distância e submetido a controle da FAPEU, exclusivamente por telefone ou WhatsApp, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.

§1º Se chamados para trabalhar, as horas prestadas serão remuneradas como se de trabalho normal fossem, acrescidas, se for o caso, dos devidos adicionais (de horas extras, noturno, de insalubridade);

§2º A escala de sobreaviso será elaborada com antecedência mínima de 7 (sete) dias, podendo ser alterada com a mesma antecedência;

§3º A escala de sobreaviso deverá obedecer ao critério de rodízio, evitando que o mesmo empregado venha constar em dois finais de semana consecutivos;

§4º O acesso aos sistemas remotos ou de webmail disponibilizados pela FAPEU ou por seus projetos, estão proibidos durante os períodos de sobreaviso;

§5º A presente cláusula terá efeito exclusivamente aos trabalhadores do Hospital Universitário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CONTROLE DE HORÁRIO, PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

Fica instituído BANCO DE HORAS para os empregados da FAPEU, nos contratos de trabalho em vigor e para os que vierem a ser admitidos no decurso deste acordo, com a finalidade de compensação de horas trabalhadas além da jornada normal de trabalho, segundo os critérios ora acordados.

§1º O Acordo não se aplicará aos empregados exercentes de cargos de confiança, gerência e assessoria, aos que exercem cargos sem fiscalização de horário de trabalho, conforme parágrafo único do artigo 62 da CLT e aos empregados menores de 18 anos na condição de aprendiz.

§2º De acordo com o § 2º, do Artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, fica instituído o BANCO DE HORAS, pelo qual é permitida a compensação pela correspondente diminuição em outro dia, de horas laboradas além do horário normal de expediente, lançadas como crédito do empregado junto à FAPEU.

§3º Nos regimes de plantão, fica admitida a jornada especial de prorrogação e compensação de horas de trabalho, ou seja, as horas laboradas além da jornada normal máxima, não serão consideradas horas extras.

§4º As horas a serem creditadas ou debitadas no BANCO DE HORAS deverão ser previamente autorizadas pela chefia/gerência imediata da respectiva área, respeitados os intervalos mínimos de repouso entre jornadas e a jornada máxima de 10 (dez) horas.

§5º Os excessos ou compensações de horas da jornada de trabalho serão registrados individualmente no BANCO DE HORAS, em nome de cada empregado, de conformidade com os critérios adotados pela gerência de Recursos Humanos.

§6º As horas trabalhadas de segunda-feira a sexta-feira serão compensadas na proporção de hora por hora, exceto horas noturnas e feriados, as quais poderão ser compensadas na proporção de uma hora por duas.

§7º As horas lançadas no BANCO e não compensadas serão computadas para efeito de integração em férias, 13º salário e FGTS, incluindo-se o cômputo em Descanso Semanal Remunerado - DSR.

§8º Na vigência do presente Acordo Coletivo serão apurados quatro períodos de três meses, cada qual, computando o saldo dos bancos de horas de cada empregado naquele período.

§9º O Saldo do banco de horas poderá ser utilizado em dias a mais de gozo de férias.

- a) Para efeito dos dias de férias a serem acrescentados, serão consideradas oito horas acumuladas por dia de férias a mais, valendo da mesma forma a fração de horas que não chegar a

computar	um	dia.
----------	----	------
- b) Somente poderá ser concedido em dias a mais férias, desde que seu gozo de férias esteja previsto dentro do período da vigência deste acordo.

§10º Esgotado o período de compensação e verificada a existência de horas acumuladas pelo empregado, estas serão pagas no mês seguinte como horas extras, acrescidas de 50% (cinquenta por cento).

§11º Esgotado o período de compensação e verificada a existência de horas negativas acumuladas pelo empregado, que foi devidamente notificado durante o período de apuração e, sem justo motivo (atestado médico, impedimento real, e outras situações aprovadas pela chefia) não compensou, estas horas serão descontadas.

§12º Para compensar as horas trabalhadas e creditadas no BANCO DE HORAS, a FAPEU poderá conceder folgas individuais ou coletivas ou reduzir a jornada, disto informando previamente o empregado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, podendo ainda, lançar mão de folgas adicionais de horas ou dias, atrasos, saídas antecipadas, licenças, prorrogação de férias, pontes para compensação de feriados.

§13º Não serão acumuladas nem compensadas como jornada de trabalho as variações de horários não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

§14º A gerência de Recursos Humanos emitirá mensalmente a quantidade das horas acumuladas e compensadas no mês, para ciência e controle do empregado, por meio de controle específico.

§15º Os atrasos e faltas injustificados, inclusive, em dias programados da compensação serão descontados em folha de pagamento na forma da legislação aplicável ou compensados em outros dias, mediante prévia solicitação do empregado e aprovação da chefia imediata.

§16º Havendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha ocorrido a devida compensação integral das horas acumuladas, o empregado fará jus ao pagamento das horas não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão contratual, com adicional constitucional de 50% (cinquenta por cento).

§17º Caso ocorra a rescisão do contrato de trabalho, durante a vigência do BANCO DE HORAS, sendo o empregado devedor de horas de trabalho essas horas não serão descontadas do pagamento ao empregado.

§18º Decorrido o trimestre do BANCO DE HORAS, recomeça o controle da compensação de horas, a contar da primeira hora incluída no BANCO DE HORAS.

§19º No fechamento do banco de horas será observado o salário do primeiro mês subsequente ao do trimestre correspondente, onde deverão ser pagas as horas de sobre jornadas que não tiverem sido compensadas na forma do presente acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FORMALIZAÇÃO DO REGIME DE TELETRABALHO

A FAPEU poderá realizar a alteração do regime presencial para o regime de teletrabalho, a qualquer tempo, desde que haja anuência escrita do empregado.

Parágrafo primeiro: as regras do regime de teletrabalho para a prestação dos serviços poderá ser formalizada individualmente, por meio de aditivo ao contrato de trabalho.

Parágrafo segundo: a FAPEU poderá adotar o registro de ponto por exceção. Nesta hipótese, considerar-se-á cumprida integralmente a jornada regular, com observância dos intervalos para refeição e períodos de descanso.

Parágrafo terceiro: o empregado em regime de teletrabalho tem direito à desconexão (direito à suspensão de suas atividades) e deverá compatibilizar o exercício de suas atividades profissionais com os intervalos para refeição e os demais períodos de descanso, de forma que o desfrute por inteiro.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E EVENTOS

A FAPEU dará liberação aos empregados que por iniciativa mútua participarem de cursos, congressos e seminários, que visem o aprimoramento profissional, desde que afins com a atividade profissional executada, mediante prévia e indispensável autorização do coordenador/supervisor/chefia do projeto ou superior hierárquico.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EMPREGO POR APOSENTADORIA

Fica vedada a dispensa sem justa causa do trabalhador durante os 24 (vinte e quatro) meses, que antecederem a data em que o mesmo adquirir o direito à aposentadoria voluntária por tempo de serviço integral, exceto nos casos de contratos por prazo determinado.

Parágrafo único: o empregado, quando restarem 24 (vinte e quatro) meses para aposentadoria voluntária por tempo de serviço integral, deverá entregar ao setor de Recursos Humanos da FAPEU, o documento que comprove seu tempo de contribuição, para ter o reconhecimento do direito.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO ABONO DE FALTA AO EMPREGADO VESTIBULANDO

A FAPEU abonará as faltas dos empregados vestibulandos, nos dias de realização das provas do concurso vestibular, desde que a chefia imediata seja formalmente avisada, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, sendo o empregado ao final do concurso, obrigado a enviar Declaração de Comparecimento emitida e assinada pela comissão de realização do concurso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO ABONO DE FALTA POR ACOMPANHAMENTO MÉDICO

A FAPEU abonará as horas faltosas do empregado, para acompanhamento de ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro (a) em união estável, em consultas médicas, mediante a apresentação no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de Declaração de Comparecimento, além de prévia e indispensável comunicação formal ao seu superior imediato.

§1º Sem prejuízo da respectiva remuneração, faculta-se ao empregado a ausência ao trabalho para acompanhamento de ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro (a) em união estável, em decorrência de internação hospitalar, sendo até 2 (dois) eventos por ano, limitado a 10 (dez) dias úteis, e comprovação posterior no mesmo prazo.

§2º Para efeito do parágrafo anterior sábado não será considerado dia útil.

§3º Entende-se por ascendente do empregado os pais, por descendentes, os filhos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTA POR GALA OU LUTO

A FAPEU não descontará as faltas do empregado até 9 (nove) dias consecutivos a partir do evento:

- I – em caso de falecimento do cônjuge ou companheiro (a) em união estável, de pai ou filho;
- II – em virtude de casamento.

Férias e Licenças

Licença Maternidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA LICENÇA GESTAÇÃO

Ficam reconhecidos como direitos das trabalhadoras gestantes, desde a data da apresentação do atestado médico que comprove a gestação, licença maternidade, sem prejuízo do emprego e salário, com duração de 180 (cento e oitenta) dias, sendo:

- I - 120 (cento e vinte) dias subsidiados pela Previdência Social e;
- II - 60 (sessenta) dias a cargo da FAPEU.

Parágrafo único: a prorrogação de que trata o Inciso II, será garantida na mesma proporção à empregada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

Licença Adoção

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA LICENÇA PATERNIDADE E ADOÇÃO

Será garantido licença de 20 (vinte) dias consecutivos, sem prejuízo do emprego e salário, a título de licença paternidade ao trabalhador no caso de nascimento ou adoção, mediante a apresentação do atestado médico ou certidão de nascimento e, quando se tratar de adoção, documento oficial.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE

A FAPEU se compromete a seguir o que estabelece as Normas Regulamentadoras - NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, a fim de orientar, prevenir e resguardar a saúde de seus trabalhadores. O não cumprimento das disposições legais e regulamentares acarretará a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

Cabe ao empregado o cumprimento de suas obrigações com a segurança do trabalho, constituindo ato faltoso a recusa injustificada do não cumprimento de suas obrigações.

Relações Sindicais

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS AO SINDICATO

A FAPEU se compromete a responder quaisquer solicitações de esclarecimentos formuladas pelo SAAE GFPOLIS, concernentes aos contratos e às condições de trabalho dos empregados, desde que solicitados formalmente, por intermédio de seu representante legal, ressalvadas aquelas protegidas por sigilo nos ajustes firmados entre a FAPEU e o órgão financiador do projeto a que estiver vinculado o empregado contratado, em um prazo de 10 (dez) dias corridos.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, CONVENCIONAL OU NEGOCIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/03/2025 a 28/02/2026

Nos termos da Assembleia Geral da Categoria Profissional dos trabalhadores, fica instituída a “CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/SOLIDÁRIA PROFISSIONAL”, estando a FAPEU obrigada a descontar na folha de pagamento dos seus empregados o percentual de 2% (dois por cento), em 2 (duas) parcelas, no mês de competência de MAIO e JUNHO de 2025.

§1º Nos termos da decisão do STF - Tema 935, fica garantido o direito à oposição do trabalhador, contendo os dados conforme carta anexada ao acordo coletivo de trabalho e a ser exercido individualmente, mediante seu comparecimento à sede do sindicato profissional ou envio pelo correio, com aviso de recebimento (AR); ou ainda por meio de e-mail pessoal do trabalhador(a) a ser enviado para o endereço oposicao@saaegfpolis.org.br com cópia à fundação, para o e-mail atendimento.rh@fapeu.org.br, até 20 (vinte) dias após o registro do acordo coletivo de trabalho junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

§2º A Fundação obriga-se a recolher o montante previsto no “caput” desta cláusula por meio de boleto bancário fornecido pelo SAAE GFPOLIS, tendo como data limite o décimo dia do mês subsequente aos referidos descontos.

§3º Tratam-se dos referidos descontos de uma relação entre a entidade profissional e sua categoria representada, cuja decisão foi tomada pela Assembleia Geral Profissional, cabendo tão somente à Fundação o cumprimento da obrigação de efetivá-los e os consequentes recolhimentos nos prazos estabelecidos.

§4º O não recolhimento na data implicará à Fundação multa de 20% (vinte por cento) dos valores devidos, sem prejuízo da atualização monetária e dos juros, até a data do efetivo pagamento.

§5º As disposições contidas no caput desta cláusula e seus §§ 1º, 2º e 3º ficam sujeitas ao regramento federal sobre a matéria disposta em lei ou medida provisória que venha a ser publicada em data posterior à celebração do presente ACT.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica estipulada a multa de 01 (um) salário mínimo regional, por infração, a ser paga pela parte que não cumprir as cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho, revertendo a mesma em favor do empregado prejudicado ou de projeto de extensão cultural.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO ACORDO

Celebram o presente instrumento, nos termos do artigo n.º 611 e subsequentes da Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa FAPEU e a entidade sindical acima mencionada, por seus representantes, estabelecendo o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, o qual representa um conjunto de benefícios de interesse dos trabalhadores e da Empresa Acordante, em razão das peculiaridades da relação entre as Fundações de Apoio e o SAAE GFPOLIS.

}

ELVIO JOSE KRETZER
Presidente

SIND DOS AUX ADM ESCOLAR DA GRANDE FLORIANOPOLIS

FABIO SILVA DE SOUZA

Diretor
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ANEXOS
ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - CARTA DE OPOSIÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.